

Líderes querem modificar a proposta

Os líderes partidários do Congresso já decidiram que não irão acatar por completo a proposta de Entendimento Nacional apresentada por empresários e trabalhadores, na terça-feira. "Em termos gerais é boa", sentenciou o líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), um dos mais moderados parlamentares envolvidos na negociação. "É o caminho certo", concordou o líder do PFL, deputado Ricardo Fiúza (PE), "mas, o documento está cheio de coisas que nem serão avaliadas".

Para Fiúza, que lidera a segunda maior bancada do Congresso a proposta de fim da dupla tributação sobre as vendas (IPI e ICMS), por exemplo, não será examinada. De qualquer maneira, nenhuma proposta sobre salários deverá ser votada pelo Congresso antes da próxima quarta-feira. O que mais desagrado aos parlamentares foi a incursão pelo Congresso de líderes sindicais de trabalhadores e empresários, na terça-feira, quando resolveram levar ao Legislativo o documento discutido momentos antes com os representantes do Governo no âmbito do Pacto Social.

CONSENSO

"O Congresso não é uma casa homologatória", lembrou o de-

putado Paulo Delgado (PT-MG). A posição do deputado do PT coincide, neste caso, com a do líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, que não quer ver o Congresso "carimbando" as propostas decididas fora dele. Mas o consenso entre os dois deputados e parlamentares de outros partidos acaba por aí. Ontem, ocorreram duas tentativas frustradas de discussão da proposta — uma pela manhã e outra à tarde. Na verdade, os líderes partidários levaram para as reuniões sugestões preparadas às pressas por assessores econômicos, que ressuscitavam algumas antigas propostas já conhecidas dentro do próprio Congresso.

O PSDB preparou para apresentar na mesa de discussão, que não chegou a ocorrer, duas formas de proteção salarial. Uma delas é o velho gatilho, que dispara sempre que a inflação atingir um certo índice. A outra é a reposição integral das perdas com a inflação, de três em três meses. O PT adotou um antigo projeto do deputado Paulo Paim (RS) que prevê a prefixação com um redutor mensal de dois por cento, além da reposição das perdas com o Plano Collor em oito parcelas, a partir de janeiro. O PTB do deputado Gastone Righi (SP) insistiu na fórmula do gatilho de dez por cento para quem ganha até 20

salários mínimos. Ele garantiu que não votará a favor da prefixação.

A SOLUÇÃO

Governistas, o PDS e o PFL, preferem aguardar a manifestação do Governo, na segunda-feira. O líder Fiúza adianta apenas que é "contra a prefixação", embora não descarte essa alternativa. O deputado Amaral Netto (RJ), líder do PDS, acha que o Governo agora ficou sem saída. "O documento força o Governo a tomar uma posição. O Governo tem que fazer desse projeto uma solução", adverte.

A proposta mais importante, até agora, é a do PMDB, seja pelo fato de ser o maior partido no Congresso ou por ocupar com um nome do partido a função de relator da Medida Provisória que trata da política salarial. O deputado Tidei de Lima (PMDB-SP), encarregado de apresentar o projeto de lei de conversão à medida provisória 273, já tem um "boneco", segundo sua expressão, do que irá apresentar na próxima reunião dos líderes da Câmara em torno da política salarial. A prefixação, o abono de dezembro e a reposição das perdas em oito parcelas serão contempladas no seu relatório. "Juros Reais Suportáveis" e o gatilho ficam de fora, adianta Tidei.